



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

**Redação Final ao Projeto de Lei Complementar
nº 13/2015**

**(Autoria dos Deputados Professor Lemos,
Schlavinato, Ademir Bler e Elio Rusch)**

Alteração da Lei Complementar nº 186, de 12 de
janeiro de 2015, que instituiu a Região
Metropolitana de Cascavel.

Art. 1º Altera o *caput* do art. 1º da Lei Complementar nº 186, de 12 de
janeiro de 2015, incluindo o Município de Formosa do Oeste à Região Metropolitana
de Cascavel, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Institui, na forma do § 3º do art. 25 da Constituição Federal e art. 21
da Constituição Estadual a Região Metropolitana de Cascavel, constituída
pelos Municípios de Cascavel, Boa Vista da Aparecida, Braganey,
Jesuitas, Iracema do Oeste, Nova Aurora, Anahy, Iguatu, Cafelândia,
Campo Bonito, Catanduvas, Céu Azul, Ibema, Guaraniaçu, Diamante do
Sul, Corbélia, Lindoeste, Santa Lúcia, Santa Tereza do Oeste, Matelândia,
Capitão Leônidas Marques, Três Barras do Paraná, Vera Cruz do Oeste e
Formosa do Oeste.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua
publicação.

Sala das Comissões, 14 de julho de 2015.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Relator



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

**Redação Final ao Projeto de Lei nº 37/2015
(Autoria do Deputado Antonio Anibelli Neto)**

Os estádios de futebol, ginásios esportivos e clubes sociais do Estado do Paraná ficam obrigados a criar e manter locais reservados para acomodação de portadores de deficiência.

Art. 1º Os estádios de futebol, ginásios esportivos e clubes sociais do Estado do Paraná ficam obrigados a criar e manter, no mínimo 0,02% (zero vírgula zero dois por cento) de seus lugares para a acomodação de portadores de deficiência.

Parágrafo único. Caso o percentual disposto no *caput* deste artigo não atinja um número inteiro, a fração deverá ser arredondada para cima, considerando o próximo número inteiro.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, consideram-se pessoas portadoras de deficiência as que sofram dificuldades de mobilidade e locomoção, temporária ou permanente, bem como as que possuam limitação física, auditiva, visual, mental ou intelectual.

Art. 3º O atendimento às pessoas portadoras de deficiência será prioritário, com sinalização indicativa e acesso apropriado a todas as dependências, lhes permitindo a necessária mobilidade e locomoção.

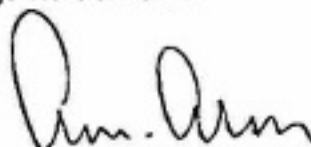
Art. 4º Deverá ser permitida, havendo necessidade, a permanência de um acompanhante em local próximo ao estipulado no art. 1º desta Lei.

Art. 5º Em caso de descumprimento ao previsto nesta Lei, o infrator deverá ser multado em 10 UPF/PR (dez Unidades Padrão Fiscal do Estado do Paraná), incidindo em dobro em caso de reincidência, renováveis a cada trinta dias.

Art. 6º O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei para seu fiel cumprimento.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor após decorridos seis meses da data de sua publicação, ficando tal período destinado à adaptação dos estabelecimentos.

Sala das Comissões, 14 de julho de 2015.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Relator 









ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

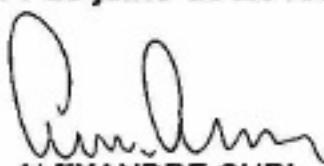
Redação Final ao Projeto de Lei nº 121/2015
(Autoria do Deputado Gilberto Ribeiro)

Concessão do Título de Capital das Águas
do Estado do Paraná ao Município de
Piraquara.

Art. 1º Concede ao Município de Piraquara o Título de
Capital das Águas do Estado do Paraná.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua
publicação.

Sala das Comissões, 14 de julho de 2015.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Relator









ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 185/2015
(Autoria do Deputado Missionário Ricardo Arruda)

Isenção do pagamento de pedágio para pessoas com doenças graves e degenerativas em tratamento de saúde fora do município de seu domicílio.

Art. 1º Obriga as empresas concessionárias de pedágio do Estado do Paraná a isentar a tarifa dos veículos de pessoas com doenças graves e degenerativas.

Art. 2º Para se beneficiar da isenção de tarifa, o enfermo deverá comprovar:

- I - o tratamento de saúde fora do município de seu domicílio;
- II - a inexistência de qualquer tratamento similar no município de seu domicílio;
- III - a necessidade, periodicidade e prazo de realização do tratamento, por meio de laudo médico.

Art. 3º As empresas concessionárias de pedágio deverão criar uma identificação para os beneficiados de isenção da tarifa descritos no art. 1º desta Lei.

Assinatura manuscrita em tinta preta, com uma linha decorativa curva à esquerda e uma pequena marca decorativa à direita.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 14 de julho de 2015.


ALEXANDRE CORI
Presidente

Relator











ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 219/2015 (Autoria do Deputado Evandro Araújo)

Inserção no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná do teatro ao ar livre Paixão de Cristo, realizado anualmente durante a Semana Santa, no Município de Maringá.

Art. 1º Insere no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná o teatro ao ar livre Paixão de Cristo, realizado anualmente durante a Semana Santa pela Arquidiocese da Igreja Católica de Maringá, no Município de Maringá.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 14 de julho de 2015.

ALEXANDRE CURTI
Presidente

Relator



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

**Redação Final ao Projeto de Lei nº 267/2015
(Autoria do Deputado Wilmar Reichembach)**

Disposição sobre ações de vigilância sanitária no controle de zoonoses no âmbito do Estado do Paraná.

Art. 1º Dispõe sobre ações de vigilância sanitária no âmbito do controle de zoonoses, controle das populações de animais e da promoção do bem-estar animal no Estado do Paraná, com a finalidade de proteger, preservar e promover a saúde humana e animal, com fundamento nos princípios expressos nas Constituições Federal e Estadual e na Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

Art. 2º Constituem objetivos desta Lei:

I - promover a melhoria da qualidade do meio ambiente, garantindo condições de saúde, segurança e bem-estar público;

II - aumentar o nível dos cuidados para com os animais, diminuindo as taxas de abandono, natalidade, morbidade, mortalidade e de renovação das populações de animais;

III - prevenir, reduzir e eliminar a morbidade, a mortalidade e o sofrimento humano decorrente de zoonoses e dos agravos causados pelos animais, assim como os prejuízos sociais ocasionados pela ação direta ou indireta das populações de animais;

IV - prevenir, reduzir e eliminar as causas de sofrimento físico e mental dos animais de forma a assegurar e promover o seu bem-estar, conforme dispõe a legislação federal, estadual e municipal sobre a matéria;

V - assegurar e promover a participação, o acesso à informação e a conscientização da população nas ações de saúde, no âmbito da vigilância sanitária.

Art. 3º As ações de vigilância sanitária deverão atuar de forma preventiva ou repressiva nos seguintes campos:

I - controle de zoonoses;

- II - gestão e controle das populações de animais;
- III - criação, manutenção e utilização de animais;
- IV - degradação do meio ambiente causada por problemas zoonosários.

Art. 4º Constituem ações básicas de gestão e controle de populações animais:

- I - a prevenção de zoonoses e agravos provocados por animais;
- II - o registro e a identificação de animais domésticos;
- III - o controle da reprodução das populações de cães e gatos baseado em métodos de esterilização permanente, minimamente invasivos;
- IV - o recolhimento seletivo, a apreensão e a destinação de animais domésticos nas situações previstas nesta Lei;
- V - o controle da criação e comercialização de animais domésticos;
- VI - o controle das populações de animais sinantrópicos nocivos por meio de ações de manejo integrado;
- VII - a realização de programas educativos relacionados às populações de animais domésticos e de animais sinantrópicos nocivos;
- VIII - a prevenção de doenças espécies-específicas, contribuindo para a diminuição da mortalidade e da renovação animal e auxiliando no envelhecimento e na estabilização das populações de cães e gatos.

Art. 5º As ações de vigilância sanitária serão desenvolvidas pelas Regionais de Saúde através de Centros de Controle de Zoonoses compreendendo as seguintes funções:

- I - promoção e implementação de ações de vigilância ambiental, sanitária e epidemiológica relacionadas às zoonoses;
- II - execução de programa permanente de controle da reprodução de cães e gatos, podendo, para tanto, contar com parceria de universidades, estabelecimentos veterinários, organizações não governamentais, empresas públicas e/ou privadas e entidades de classe;
- III - promoção de programa permanente de educação, informação e comunicação a respeito da propriedade, posse e guarda responsável de animais domésticos, prevenção e controle de zoonoses e agravos provocados por animais e prevenção de infestação e controle de animais sinantrópicos nocivos, podendo, para tanto, contar com parcerias de entidades de proteção animal ou proteção animal independente, das organizações não governamentais (ONG's), das organizações civis de

sociedade de interesse público (Oscip's), universidades, empresas públicas e/ou privadas e entidades de classe.

§1º Quando houver estabelecimento de parcerias, devem ser oficializados os objetivos, as obrigações e os deveres de cada parceiro.

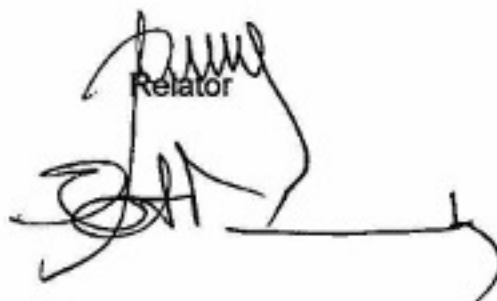
§2º As diretrizes para atendimento das ações de vigilância sanitária serão fixadas por meio de normas técnicas.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 13 de julho de 2015.



ALEXANDRE CURI
Presidente



Relator



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

**Redação Final ao Projeto de Lei nº 458/2015
(Autoria do Poder Executivo)**

Autorização para o Poder Executivo efetuar a
desafetação de trechos da Rodovia Estadual PR-565 e
a doá-los ao Município de Porto Barreiro.

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo a desafetar os segmentos dos trechos da Rodovia Estadual PR-565, sob os códigos do Sistema Rodoviário Estadual a seguir discriminados:

I – 565S0010EPR de extensão de 0,34 km do trecho, iniciando no ponto de coordenadas (-25°32'09,68", -52°24'20,38"), finalizando no ponto 1484 (-25°32'20,18", -52°24'17,87"), com faixa de domínio de 50m;

II – 565N0020EPR de extensão de 0,67 km do trecho, iniciando no ponto 1484 (-25°32'20,18", -52°24'17,87"), finalizando no ponto 1304 (-25°32'39,18", -52°24'29,13"), com faixa de domínio de 50 m; e

III – 565N0030EPR de extensão de 1,01 km do trecho, iniciando no ponto 1672 (-25°33'30,94", -52°24'53,76"), finalizando no ponto de coordenadas (-25°32'39,18", -52°24'29,13"), com faixa de domínio de 50m.

Art. 2º Autoriza o Poder Executivo, nos termos do art. 10 da Constituição Estadual, a doar, ao Município de Porto Barreiro, os segmentos de trechos da Rodovia referidos no art. 1º desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 14 de julho de 2015.

ALEXANDRE CURTI
Presidente

Relator



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

**Redação Final ao Projeto de Lei nº 462/2015
(Autoria do Deputado Ademir Bier)**

Denominação da 2ª
Companhia do 14º
Batalhão de Polícia
Militar do Município de
Medianeira.

Art. 1º A 2ª Companhia do 14º Batalhão de Polícia Militar, localizada no Município de Medianeira, Região Oeste do Estado do Paraná, passa a ser denominada 2ª Companhia do 14º Batalhão de Polícia Militar – Cabo Jorge Luiz da Fonseca.




Três assinaturas manuscritas em tinta preta. A primeira, no topo, é curta e estilizada. A segunda, no centro, é longa e fluida, com o nome 'Jorge' visível. A terceira, à direita, é mais elaborada e encimada por uma linha horizontal.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 14 de julho de 2015.


ALEXANDRE CURI
Presidente


RELATOR



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Resolução 26/2015

Aprovação da prestação
de contas do Tribunal de
Contas do Estado do
Paraná, exercício de 2013.

Art. 1º Aprova a prestação de contas do Tribunal de
Contas do Estado do Paraná, exercício de 2013.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua
publicação.

Sala das Comissões, 14 de julho de 2015.

ALEXANDRE CURI
Presidente

Relator